

Sarney faz visita a fazendeiro

Aldori Silva

Jornal de Brasília

que dá calote no BB

Celso Franco

Contrário à anistia aos empresários, porque "não se pode doar dinheiro público", o presidente José Sarney, provavelmente por descuido de sua assessoria, visitou ontem, no município de Luziânia (GO), a Fazenda da Onça, cujo proprietário, Eduardo Ferlin, se recusa a pagar a correção monetária do empréstimo que contraiu durante o Plano Cruzado. Eduardo Ferlin — sócio de uma empresa de reflorestamento de Santa Catarina, a Madevale — obteve do Banco do Brasil, em 1986, um empréstimo no valor de Cz\$ 4,6 milhões. A dívida chegou, dia 21 passado, a Cz\$ 56 milhões.

O dono da Fazenda da Onça, que aplicou o dinheiro na compra de equipamentos de irrigação, entrou na Justiça contra o pagamento da correção monetária, e está depositando em juízo, porque argumentou, "no contrato que eu assinei não falava em correção". A Fazenda da Onça tem 3.131 hectares de extensão, com 1.200 hectares de área plantada. Em regime de irrigação, apenas 251 hectares, cobertos por um conjunto de três pivôs centrais — o equipamento adquirido com o empréstimo do Banco do Brasil.

Alerta

O presidente José Sarney só sabe que o seu anfitrião era inadimplente junto ao Banco do Brasil, quando se preparava para deixar a Fazenda da Onça, alertado pelos jornalistas que o acompanharam a Luziânia. Ele foi convidado pelo prefeito Orlando Roriz.

Sarney manifestou-se contra a anistia, porque "não se pode doar dinheiro público". Quanto ao produtor da Fazenda da Onça, especificamente, voltou-se para o projeto de irrigação, e observou que "ele está pagando em dia os seus compromissos". Eduardo Ferlin está pagando em juízo: já depositou duas parcelas de Cz\$ 1,2 milhão e tem mais duas, no valor de Cz\$ 933



Eduardo Ferlin, o devedor

mil, a serem pagas em dezembro deste ano e em junho do ano que vem.

A Fazenda da Onça produziu este ano, sem irrigação, 136 mil sacas de feijão, 1.200 sacas de arroz e 1.000 sacas de milho por hectare. Com a irrigação, espera colher 70 sacas de trigo e 30 de feijão, por hectare plantado.

Califórnia

O presidente José Sarney, talvez para não fugir ao lugar comum das autoridades brasileiras, voltou a lembrar, em seu pronunciamento, o exemplo da Califórnia, uma região semi-árida que se transformou, segundo ele, no "mais rico Estado dos Estados Unidos e talvez a região mais rica do mundo".

Pois o Estado de Goiás, de acordo com o presidente da República, "vai ser concorrente da Califórnia em termos de futuro, e aqui vai ser feito muito mais rapidamente, porque temos a tecnologia e a disposição do homem moderno".

Evocou a lembrança do presidente Franklin Delano Roose-

velt, que levava jovens de Nova Iorque para trabalhar nos campos, para afirmar, em seguida, que "vejo a região com os olhos do futuro, e não com os olhos embaciados pelo pessimismo e pela desesperança". O Brasil "está em dificuldades", mas, perguntou, "qual o povo que não tem dificuldades?". Então disse que o País, durante os três anos que se passaram do seu Governo, "cresceu uma Argentina".

Sob o sol

No pronunciamento — falou quase meia-hora — que chamou de "conversa debaixo do Sol", o presidente José Sarney, depois de frisar que "na irrigação está a salvação", observou que "o programa de irrigação é como o programa da formiga, criando pequenos núcleos no País inteiro".

Então, ressaltou que "o poder não passou pela minha cabeça, nem passa", para encerrar o seu discurso: "Tenho enfrentado esse mar de frente, com ondas gigantescas, e quero terminar esses cinco anos, quero entregar ao meu sucessor a faixa, deixando o País com as finanças saneadas e com a democracia restaurada".

Convênios

O presidente Sarney assinou, na Fazenda da Onça, em Luziânia, três convênios para implantação de projetos de irrigação no Estado de Goiás, no valor global de Cz\$ 2,2 bilhões. Os recursos beneficiarão 40 mil hectares de terra, em todo o Estado.

O presidente da República, que inaugurou um pivô central de irrigação, na Fazenda da Onça, a convite do prefeito de Luziânia, Orlando Roriz, assinou também um convênio autorizando ao Estado de Goiás abrir concorrência para a duplicação da rodovia que liga Anápolis a Goiânia.

Durante seu discurso, Sarney prometeu ao prefeito de Luziânia, Orlando Roriz, a intensificação dos trabalhos de duplicação do trecho que liga aquela cidade à capital da República.

Acordo para anistia está próximo

Ficou mais próxima a realização de um acordo entre as lideranças dos partidos e do Governo, anistando os empresários que se endividaram sob o Plano Cruzado. O final feliz tornou-se uma possibilidade concreta, ontem, a partir da proposta de remissão do caso dos médios proprietários rurais para a disputa no voto. Apenas as microempresas urbanas e pequenos produtores rurais teriam suas reivindicações aprovadas por consenso. Esta seria a base do entendimento, sobre a qual se assentariam detalhes como a abrangência da anistia no tempo e valor-limite das dívidas perdoadas.

A idéia responsável pelo clima otimista de ontem, que substituiu a tensão dos últimos dias, e a apresentação de uma fusão com a discriminação, em artigos separados, de cada caso de anistia. Desta forma, seria possível evitar que pontos polêmicos como a anistia aos médios proprietários rurais comprometesse a votação de toda a matéria. Uma das fórmulas, aventada pelo deputado José Lins (PFL-CE), prevê um caput genérico, com três parágrafos: no primeiro, seriam anistiados os microempresários urbanos e os pequenos proprietários rurais; no segundo, o pequeno empresário urbano; no terceiro, o médio proprietário rural.

Diálogo

Os autores da emenda de anistia — Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e os deputados Ziza Valadares (Novo Partido-MG) e Humberto Souto (PFL-MG) — estão dis-

postos a conversar sobre a abrangência da anistia no tempo. Sua proposta inicial incluía todos os débitos contraídos até 31 de dezembro de 1987, mas eles já admitem recuar para 31 de julho. Não concordam, porém, em retroceder a novembro de 1986, como já foi proposto pelo Governo.

Outra variante em discussão é a fixação de um teto para os débitos a serem anistiados, sugestão do líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), que propõe 10 mil OTNs. Ele quer também que no caso das propriedades rurais, o critério de pequeno ou médio seja definido

pela área e não pelo volume de produção, para evitar que se beneficiem grandes latifúndios de baixa produtividade.

Ontem, diante do otimismo com as chances de entendimento, Lavor orientou os representantes dos microempresários a estar em Brasília na terça-feira até o meio-dia, prevendo que a votação poderia ocorrer na tarde desse dia. Lavor descarta a possibilidade de o Governo conseguir colocar em votação a emenda que não seja de consenso. Segundo ele, Ulysses só faria isto com absoluto consenso das lideranças.

Tratamento diferenciado

"Não se pode colocar num mesmo saco justos e pecadores" disse ontem o porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Almeida Santos, a propósito da tendência da Constituinte de aprovar a anistia das dívidas dos pequenos e médios empresários.

Embora o Governo continue trabalhando em direção à obtenção de um acordo, de forma a amenizar o efeito de qualquer medida nesse sentido sobre controle do déficit público, segundo o porta-voz da Presidência "o perdão generalizado seria injusto para com aqueles que usaram o dinheiro adequadamente". Esses, continuou, certamente terão a boa

vontade dos bancos para recompor seus débitos.

Já os que usaram o dinheiro para realizar viagens ao exterior não podem ter o mesmo tratamento, observou, dizendo não saber como a Assembléia Constituinte poderá tratar um problema dessa ordem.

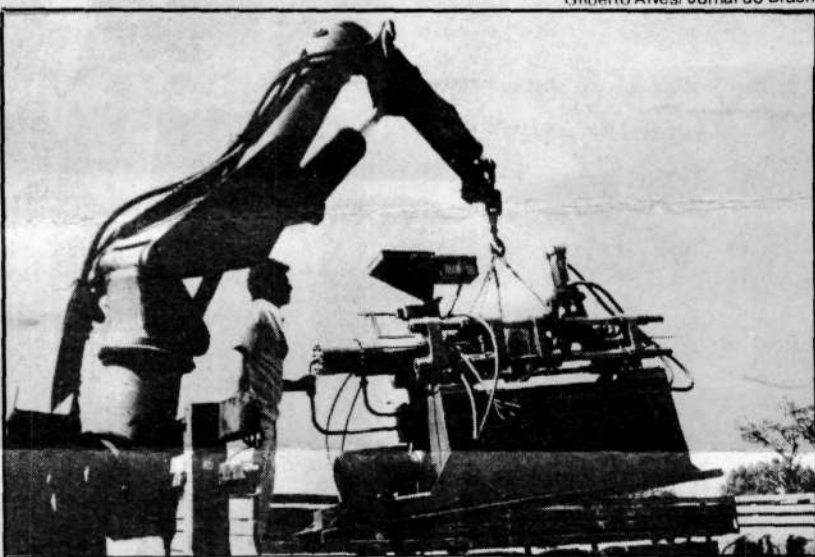
Até quarta-feira próxima, quando se espera que o problema volte a ser discutido — e até votado — no plenário da Constituinte, o Governo continuará buscando uma solução para o problema. Até o momento, só existe a concordância de perdoar a correção monetária no período de vigência do Plano Cruzado, cujos valores são mínimos.

Dívida faz Justiça apreender máquina

Gilberto Alves/ Jornal do Brasil

"Tiraram a única coisa que eu tinha para trabalhar". Com essas palavras e com a expressão bastante abatida, a microempresária Nair Soares Silva reclamava da ação dos dois oficiais de Justiça que ontem pela manhã estiveram na sua firma, a Brasília Indústria de Embalagens, localizada no Setor de Indústrias do Gama, para dar cumprimento ao mandado de remoção e avaliação, retirando da empresa e levando para o depósito público uma máquina injetora (faz tampas e o acabamento de garrafas plásticas), no valor de Cz\$ 2,5 milhões, como forma de garantir o pagamento de um empréstimo contratado junto ao Banco Nacional em fevereiro do ano passado, cujo valor, Cz\$ 50 mil na época, atinge hoje Cz\$ 1,6 milhão.

Diante da resistência da proprietária, que aos prantos sentou-se sobre a máquina, enquanto seus colegas, também microempresários, numa atitude de solidariedade procuravam impedir a remoção, os oficiais de Justiça pediram o auxílio da 14ª Delegacia de Polícia, do Gama. O delegado titular, Ledi Maciel, comandou a operação, com apoio de quatro operários e seis homens. Mesmo armados, os policiais tiveram muito trabalho para convencer Nair Silva a liberar o aparelho, e foi necessário a intervenção da delegada de plantão, Edinalva Pereira dos Santos, que obteve sucesso, após longa e paciente conversa com a microempresária. Com tudo isso, a operação, iniciada por volta das 7h30, só terminou mais de cinco horas depois. A aproximadamente às 12h30, os policiais conseguiram colocar a máquina injetora no caminhão e a levaram ao depósito público, no Setor de Indústria e Abastecimento de onde só deverá sair para ser leiloadá.



A remoção do equipamento da fábrica deixará 8 desempregados

Desemprego

O fechamento da Brasília Indústria de Embalagens, inaugurada em 28 de janeiro de 1986 — exatamente um mês antes do anúncio do Plano Cruzado — deixará desempregados oito pessoas. Um dos funcionários é José Luis de Souza, casado e pai de dois filhos. Além de desempregado, ele vai ficar desabrigado, uma vez que morava nos fundos da fábrica com toda a sua família. "Eu vou lá para o Buriti, na segunda-feira, pedi emprego e lugar para morar ao Aparecido" afirmou o ex-funcionário.

A pequena indústria de Nair Silva contou, na sua inauguração, com as presenças do governador José Aparecido e do então secretário de Indústria, Francisco Carneiro, pois a firma nascia como a primeira dentro do programa de apoio à microempresa. Hoje a situação da

proprietária talvez mereça ainda mais a atenção das autoridades, uma vez que, além da dívida junto ao Banco Nacional, Nair Silva ainda está ameaçada de perder a sua casa, hipotecada pelo Banco de Brasília (BRB), como garantia do pagamento do empréstimo de Cz\$ 750.000,00 levantado pela microempresária em fevereiro do ano passado — para capital de giro e compra de equipamentos — e que hoje atinge o montante de Cz\$ 6.000.000,00.

O drama vivido por Nair Silva foi repercutir até na Assembléia Nacional Constituinte. Ontem pela manhã o deputado Onofre Correa (PMDB-MA) fez um pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados, citando o caso de Gama. Imediatamente, o ex-administrador daquela satélite, e atual deputado Walmir Campello (PFL), foi ao encontro de Nair Silva para hipotecar a sua solidariedade.